

ELEIÇÕES, ABORTO E TEMAS CONTROVERSOS: O ATIVISMO POLÍTICO-MIDIÁTICO DE GRUPOS RELIGIOSOS E O SILENCIAMENTO DO GOVERNO¹

ELECTIONS, ABORTION AND CONTROVERSIAL TOPICS: THE POLITICAL AND MEDIA ACTIVISM OF RELIGIOUS GROUPS AND THE GOVERNMENT SILENCING

Sandra Bitencourt de Barreras*

Maria Helena Weber**

RESUMO:

Esse texto pretende contribuir para mais reflexão em torno do tema aborto, a partir da premissa de que as instituições políticas e religiosas, no Brasil, se apropriam do tema de modo estratégico. Esta análise elegeu discursos, mobilizações, silenciamentos políticos e religiosos ocorridos na campanha presidencial de 2010 e em 2013, quando o tema aborto volta à pauta do Senado Federal, com o polêmico projeto Estatuto do Nascituro. Também foi atualizado com a caracterização e análise do perfil e das primeiras ações da 55ª legislatura no Congresso Nacional decorrente das eleições de 2014. Tendo como locus, as redes sociais na internet, o objetivo do trabalho é mostrar o processo de neutralização desse complexo e importante debate para a sociedade, considerando que enquanto as instituições religiosas se posicionam explicitamente e mobilizam seus seguidores, o governo silencia. Neste sentido, a valorização dos princípios morais e religiosos se sobrepõem a argumentos relacionados a problemas sociais, de saúde pública e danos familiares causados pela ausência do debate público sobre a criminalização do aborto.

PALAVRAS-CHAVE: ativismo político-religioso; aborto; redes sociais

* Doutora em Comunicação e Informação (UFRGS) e professora no curso de jornalismo das faculdades IPA - Metodista. RIO GRANDE DO SUL, Brasil. sandrix.bitencourt@gmail.com

** Doutora em Comunicação e Cultura (UFRJ), pesquisadora 1 CNPq e professora da FABICO/UFRGS. RIO GRANDE DO SUL, Brasil. maria.weber@ufrgs.br

ABSTRACT:

This text has the intention of contribute for the reflection around the abortion issue, from the premise that the Brazilian political and religious institutions, appropriate the theme in a strategically way. This analysis has elected speeches, mobilizations, political and religious silencing occurred in the presidential campaign of 2010 and in 2013, when the abortion theme returns to the Senate agenda, with the polemic project Estatuto do Nasciturno. It has also been updated with the characterization and analysis of the profile and of the first actions of the 55th legislature in Congress resulting from the 2014 elections. It has the social networks as locus and the objective of the paper is to show the neutralization process of this complex and important debate for the society, considering that, as the religious institutions place themselves in a explicitly way and mobilize its followers, the government mutes. In this way, the appreciation of the moral and religious principles override to the subjects relate to social issues, public health and familiar damages caused by the absence of public debate about the criminalization of the abortion.

KEYWORDS: political and religious activism; abortion; social networks

INTRODUÇÃO

*O corpo não é uma máquina como nos diz a ciência.
Nem uma culpa como nos fez crer a religião.
O corpo é uma festa.*

Eduardo Galeano

O complexo debate sobre o aborto tem sido mantido no mesmo lugar onde entendemos o corpo e a alma separados pela cultura cristã e instituições religiosas. Historicamente, o mais suspeito é o corpo feminino, como registraram as fogueiras, a violência e o distanciamento da mulher do poder religioso. O controle do corpo nas manifestações de seus desejos e as interdições morais, religiosas, institucionais e de saúde às quais é submetido apontam sempre para normatizações definidas por leis e normas religiosas e políticas. Foucault (1990, p.17) ao analisar a história da sexualidade e realizar a “problematização moral dos prazeres”, afirma que o cristianismo associa o “valor do próprio ato sexual” ao “mal, ao pecado, à queda, à morte”. Relacionando com a questão do aborto, pode-se inferir que a culpa e as consequências deste ato sexual deverão ser aceitas sem ressalvas: um filho da vontade ou da punição. Foucault (1988, p.81-82) aborda, de modo exaustivo, a relação entre poder e sexualidade.

Entre as interdições promovidas pelos poderes religiosos, políticos, jurídicos; entre as contradições em torno da sexualidade, da vida e da morte - da alma e do corpo -, três são mantidas em evidencia por debates de ordem cultural, religiosa, moral, biológica e política: homossexualidade, aborto e eutanásia. O aborto ainda aparece como tema interdito e a última instância do controle do Estado e da religião sobre a liberdade e autonomia da mulher em relação à família, ao parceiro e à decisão sobre a gestação.

O aborto insere os direitos reprodutivos e sexuais das mulheres na agenda pública e aciona posições sobre o direito à vida e à liberdade de escolha. Nestas duas perspectivas, elevam-se ao debate público, questões de foro íntimo, mas com implicações públicas, porquanto o aborto está relacionado à mortalidade de mulheres pobres, submetidas a procedimentos sem acompanhamento médico, ao lado daquelas que usufruem do bom atendimento em clínicas clandestinas. Conforme dados da OMS, 46 milhões de abortos são praticados a cada ano, sendo que a metade é realizada em condições inseguras. Destes, 95% ocorrem em países em desenvolvimento, como o Brasil (OMS, 1998).

A promoção da pauta aborto no debate público nacional tem sido controlada por impedimentos morais, religiosos e políticos e transformados em publicidade (para as instituições religiosas) ou em silenciamento pelo governo. Assim, se sobrepõe à argumentação racional vinculada à saúde e à liberdade.

A influência das lideranças religiosas em bloquear a inclusão do tema no debate público, a tradição em tolerar a prática silenciosa e a consequente dificuldade dos grupos militantes pró-aborto em disputar o assunto junto à opinião pública são fatores que transformaram esse tema em polêmica com potencial para desequilibrar a discussão durante uma campanha eleitoral e revelar as dificuldades para ampliar o debate sob argumentos racionais e difundi-lo, mesmo com os novos dispositivos tecnológicos da internet.

ABORTO, RELIGIÃO E POLÍTICA

O discurso do estado e da religião a respeito do aborto é interpretado por Vaggione (2006) como sendo a dupla capacidade da hierarquia eclesiástica de exercer seu poder sobre o estado e ao mesmo tempo estabelecer os limites culturais e morais do debate entre a população. Esse poder se manifesta com especial virulência em relação ao aborto, apresentando-o como contrário ao direito natural. Não por acaso, os movimentos que defendem ou condenam a descriminalização se apresentam como “Pró-vida” ou

“*Pró-aborto*”. Essas duas instituições possuem raízes em todo o mundo. Como afirmam Heller e Fehér (1995, p.25-26) são grupos que defendem distintos corpos da mulher:

La opción “proelección” se inclina por el Cuerpo de la mujer, y el valor que elige es la libertad (...). El grupo “provida”, por su parte, toma partido por el Cuerpo del feto, y su valor es la vida (en el sentido de la supervivencia del feto).²

Na América Latina, por muitos anos, o aborto se construiu de modo clandestino, à margem da lei e da moral, aceito pela população sempre que praticado de maneira silenciosa e invisível. Assim, as posições se sacralizam e é apresentado em termos absolutos que não permitem a existência do dissenso e do próprio debate. Essa suposta ameaça à integridade do modelo familiar pode ser a explicação para a crescente força dos setores conservadores religiosos nos últimos vinte anos, que tem gerado uma rigidez cada vez maior em suas posições sobre estes temas, reprimindo com maior vigor as opiniões dissidentes dentro das instituições católicas (SHEPARD, 2000).

A despeito de diferenças políticas, mas em torno de temas morais e religiosos, os evangélicos formam frentes parlamentares no Congresso por motivos pontuais. Em 2005 foi criada a *Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida* contra o Aborto, com base política confessional, representando interesses da hierarquia católica e de segmentos evangélicos e da comunidade espírita. Essa *Frente Parlamentar Evangélica* é formada por parlamentares de diferentes partidos. Em 2010, os evangélicos cresceram 50% em relação à legislatura anterior. A presença cristã e evangélica no parlamento se fortalece ainda mais nesta última eleição.

Mesmo combativa no parlamento, a presença da bancada não é suficiente para obter maioria e barrar ou fazer avançar projetos polêmicos. Na mira da atuação das frentes cristãs estão propostas como o PNDH-3³ e o *Estatuto do Nascituro*⁴, que elimina todas as possibilidades de aborto legal.

A falta de acordos para decidir votações é compensada com a capacidade de mobilização, por exemplo, através de mídias sociais, da presença em espaços de televisão e da disputa por visibilidade na imprensa e em movimentos sociais de base religiosa.

MOVIMENTOS DA POLÍTICA

O Estado brasileiro enfrenta a questão do aborto pelo menos desde meados do século passado, como aparece na Lei 2848 de 7 de dezembro de 1940. Nessa lei, o artigo 124

define que provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lhe provoque é crime contra a vida, com pena de detenção de um a três anos.

A primeira iniciativa para descriminalizar o aborto é de 1983, com projeto de lei apresentado à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal e rejeitado. Na década de 1990 foram apresentadas no Congresso Nacional 23 proposições sobre aborto sendo que mais de 50% foram favoráveis à liberalização do acesso ao aborto. Em 1991 foi aprovado o conhecido projeto de lei 1135/91 que propunha suprimir o artigo 124, descriminalizando o aborto provocado pela gestante ou com o seu consentimento, mas não progrediu na tramitação no Congresso, sendo rejeitado anos depois, em 2008, por unanimidade.

Desde a *I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres*, de 2004, os movimentos sociais recomendaram ao governo “rever a legislação punitiva que trata da interrupção voluntária da gravidez”. Em 2007 a *II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres* recomendou que o Projeto de Lei originário de uma Comissão Tripartite, com proposta de descriminalização, fosse reapresentado ao Congresso pelo Poder Executivo. Em outubro do mesmo ano, a então Ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, fez uma declaração na mesma direção ao jornal *Folha de S. Paulo*, posição que voltaria à cena em 2010, na campanha presidencial.

O site da *Secretaria de Políticas para as Mulheres*, consultado nesta data, não disponibiliza quaisquer informações sobre a pauta aborto, assim como a *Secretaria de Direitos Humanos*, ambas vinculadas à Presidência da República. Pode-se inferir que há um silenciamento sobre o tema e nenhum movimento que coloque esta pauta em debate público.

ATIVISMO RELIGIOSO NA TELEVISÃO E REDES SOCIAIS

A defesa da criminalização do aborto, a difusão estratégica dos argumentos religiosos e o chamamento à mobilização dos fiéis contam com todas as tecnologias de visibilidade e reverberação ativadas via internet: blogs, sites, *twitter*, *facebook*, etc. O ativismo digital tem modificado as análises sobre política e mobilização social. A circulação de opiniões sobre o aborto e as suas representações morais nos remetem à afirmação de Beyerlein e Ward (2010) que explica o conceito dos “choques morais” que iniciam no processo de recrutar ativistas e ocorrem quando um evento ou informação causa tanta indignação que a pessoa fica disposta à ação política. A máxima de que quando organizamos ativistas estamos convertendo o que temos (recursos) no que necessitamos (poder)

para conseguir o que queremos (interesses) (GANZ, 2000) encontra nas mídias sociais um ambiente propício. Tanto instituições e representantes da Igreja Católica, quanto diferentes denominações evangélicas, situam sua atuação na cena pública a partir de dois preceitos: defesa da vida (contra o aborto) e defesa da família tradicional.

A estratégia de defesa dos valores e preceitos cristãos por coletivos religiosos no Brasil se organiza em duas frentes: a participação direta nas instâncias de decisão política e a presença organizada nas mídias eletrônicas e digitais.

Durante pelo menos três décadas, pastores evangélicos brasileiros definiram a estratégia de ocupar espaços televisivos para evangelizar e ampliar a base de fiéis, alugando horários na grade das emissoras de TV de sinal aberto, VHF. Em 2011, de acordo com levantamento do jornal *Folha de São Paulo* e do *Intervozes, Coletivo Brasil de Comunicação Social*, a televangelização ocupava quase 140 horas semanais na programação das emissoras brasileiras. Os canais com maior número de horas semanais nesse ano eram: *Rede TV* (46 horas), *TV Record* (32 horas); *TV Bandeirantes* (31 horas); *TV Gazeta* (26 horas); *TV Cultura* (uma hora semanal), *TV Globo* e *TV Brasil*. A única emissora que não tinha programação religiosa é o *SBT*.

Evangélicos e católicos também possuem canais próprios. Os evangélicos com os canais *Rede Genesis*, *Rede Boas Novas*, *RIT*, *Rede Super*, *TV Novo Tempo*, *Rede Família* e *IURD TV*; e os canais católicos com *TV Século 21*, *TV Canção Nova*, *TV Aparecida*, *TV Nazaré* e *Rede Vida*. De acordo com reportagem da *Revista Exame*⁵, repercutindo o jornal *Folha de São Paulo*⁶ e a *Revista Veja*, as igrejas geram receitas bilionárias e ampliam seu poder econômico e religioso⁷. A constituição federal garante imunidade tributária às organizações religiosas no país.

Além da programação na TV aberta, a pregação eletrônica avança na Internet. No site *antena online*⁸ são apresentados os melhores canais de TV *online* que têm como temas principais a religião, missas pela internet, cultos evangélicos, e orações religiosas. São reunidos 120 canais de TV pela internet ao Vivo no grupo TV Religiosa / Católica - Evangélica.

Toda a produção de conteúdo dos canais próprios e espaços locados pelas denominações religiosas na TV é distribuída e compartilhada pelas mídias sociais, com visualizações no *Youtube* e disseminação através dos mais diversos blogs e comunidades, articulando essas temáticas de forma transmidiática, facilitando a organização ativista para barrar projetos polêmicos e pressionar as autoridades públicas em todos os aspectos, desde a

concepção e execução de campanhas educativas até a proposição de projetos orientados por valores democráticos.

Diferente das características dos movimentos desencadeados pelas redes sociais na atualidade, o ativismo religioso não reúne militantes de forma espontânea e desordenada, tem lideranças bem definidas e age com planejamento e constância, ocupando o espaço público quando necessário para a defesa de bandeiras específicas e permanentes. Mais do que o interesse pelo experimento de novas formas de participação e deliberação democráticas, interessam os resultados objetivos da mobilização.

Se ao longo da história os movimentos sociais foram responsáveis importantes pela produção de novos valores, por mudanças de mentalidade, influenciando a transformação das instituições e reordenando a vida social (CASTELLS, 2013), contraditoriamente o ativismo religioso busca a manutenção de condutas, valendo-se da autonomia de comunicação que a sociedade em rede permite. Conforme Castells, para além do uso das redes móveis para coordenar ações, outro componente do processo comunicativo é a construção de um espaço público no espaço urbano. Isto é perseguido pelos coletivos religiosos, que ocupam postos e lugares simbólicos, conseguem colocar contingentes substanciais em protestos nas ruas e conquistam adesão para suas comunidades mesmo de quem não tem filiação religiosa.

Contradições podem ser evidenciadas em dois momentos recentes. No debate sobre o aborto nas eleições presidenciais brasileiras de 2010 e na discussão em torno de projetos como o Estatuto do Nascituro, em 2013. Nos dois momentos é possível identificar os atores dos coletivos religiosos, suas estratégias de agendamento, mobilização e pronunciamento no debate público voltado para formação de uma imagem pública messiânica, carismática. O resultado da eleição de 2014 com uma composição na Câmara Federal mais conservadora permite inferir que as estratégias políticas e midiáticas desses coletivos foram bem sucedidas.

O ABORTO E A RELIGIÃO NO DEBATE ELEITORAL 2010

Em 2010, a descriminalização do aborto ganhou notoriedade no debate eleitoral para a presidência da república. Pode-se atribuir isso, especialmente, ao acúmulo de tensões em torno do tema, ao fato de que a principal candidata era mulher, à aprovação, em 2009, do polêmico *PNDH-3* e o movimento das oposições em torno de um tema de difícil

abordagem numa eleição, na qual, pela primeira vez, nenhum dos partidos incluiu o tema no seu programa de governo. Entrevistas da candidata Dilma Rousseff à *Folha de São Paulo* e à revista *Marie Claire* (setembro, abril de 2009) fornecem elementos aos boatos e manifestações no ambiente *online*, sobretudo de grupos religiosos, vigilantes dos candidatos petistas desde o lançamento do PNDH-3. A abordagem do tema, principalmente nas redes sociais criou o agendamento junto à imprensa e para os debates públicos.

O tema aborto é considerado tabu pelo marketing eleitoral já que não permite um posicionamento imediato, explícito do candidato e do eleitor sem que isso gere problemas. O tema tabu ou, segundo Kuntz (1996, p.63), os “temas segregacionistas” são aqueles abordados pelo candidato que, então “é obrigado a definir uma posição que vai, inevitavelmente, dividir o eleitorado”. O questionamento sobre a defesa, ou não, da descriminalização do aborto acucou os candidatos Dilma e Serra. A candidata nunca afirmou ser favorável à legalização do aborto, mas defendeu o debate sobre o tema, como caso de saúde pública e não como uma escolha de foro íntimo. Essa reação provoca o deslocamento da discussão na internet para os meios de comunicação de massa e mesmo para os canais de propaganda dos candidatos como os debates televisivos e o HPGE. A permanência de temas relacionados provocou o posicionamento mais claro contra o aborto, por parte da candidata Dilma e do candidato Serra. O assunto se intensificou na largada do segundo turno. Mesmo assim, seguindo os preceitos do marketing, nos sites de campanha esse debate foi evitado e o tema só foi mencionado em duas ocasiões.

O repertório da campanha eleitoral de 2010 incluiu o aborto, especialmente no segundo turno eleitoral, a partir da mobilização nas redes sociais de grupos religiosos e cidadãos simpatizantes da causa *pró-vida*; da reverberação do tema na imprensa, na internet e das estratégias dos candidatos que tergiversaram sobre o assunto tabu. Os candidatos alternaram silenciamentos e metáforas de ordem moral-religiosa para abordar temas correlatos como a defesa da vida, da família e outros.

As lideranças evangélicas atuaram fortemente na disputa eleitoral de 2010, seja pela forma partidária de alianças e apoios, seja pelo ativismo midiático valendo-se dos espaços disponíveis em canais televisivos próprios e locados e a consequente possibilidade de agendar a imprensa, que tem o poder de autenticar as pautas produzidas nesses espaços.

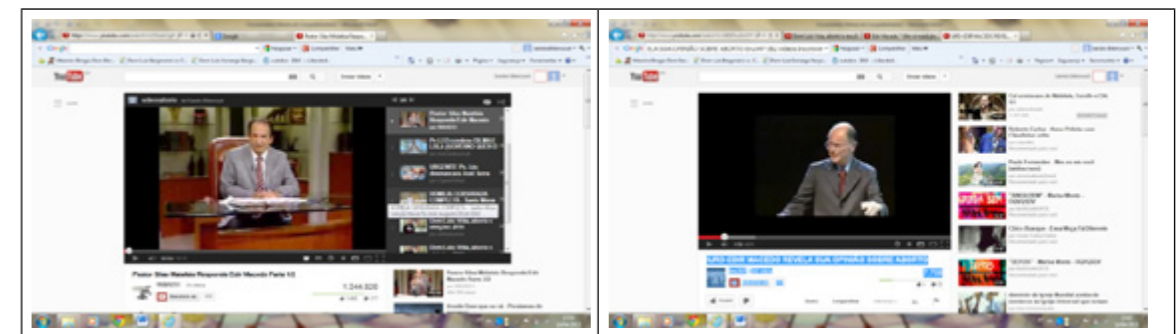
Entre os dez vídeos mais visualizados no *Youtube* sobre o tema aborto durante a campanha eleitoral, metade foi protagonizada por padres e pastores. Todos produzidos nos canais

televisivos próprios dessas lideranças e distribuídos de diferentes formas, através de links nas comunidades virtuais, de postagem no *Youtube*, nos blogs específicos e pela veiculação em diferentes emissoras que reproduzem a programação religiosa da TV aberta.

O vídeo mais visualizado, com mais de um milhão de acessos, foi o *Pastor Silas Malafaia Responde Edir Macedo Parte 2* (Figura 1) enviado em 19 de outubro de 2010. O vídeo faz parte de uma discussão virtual com o líder da Igreja Universal do Reino de Deus e dono da TV Record, bispo Edir Macedo, apoiador da candidatura de Dilma Rousseff e uma das únicas lideranças religiosas a defender publicamente a legalização do aborto, como método de planejamento familiar. A fala foi transformada em DVD, vendido em bancas de revista, além de ter trechos postados no *Youtube*:

Eu pergunto o que é melhor, o aborto ou uma criança vivendo num lixão? A Bíblia fala que é melhor não ter nascido do que a pessoa nascer e viver no inferno.

Figura 1 – Discussão entre os pastores evangélicos Malafaia e Macedo



Vídeo 1: Silas Malafaia

Vídeo 2: Edir Macedo

Enquanto a discussão virtual movimentava blogs, comunidades *online* e a própria imprensa, as duas lideranças também atuavam no envolvimento direto na campanha eleitoral. Malafaia apoiava a candidata Marina Silva (PV), mas ainda no primeiro turno declarou seu apoio a José Serra, em função da suposta posição duvidosa de Marina na questão do aborto. Já Edir Macedo, próximo do PR, partido que compôs a aliança de Dilma Rousseff, defendia abertamente a candidatura petista. Uma das estratégias foi de provocar uma discussão discrepante com relação às demais denominações cristãs, fazendo a defesa do aborto.

EM 2013, A MOBILIZAÇÃO RELIGIOSA CONTRA A PAUTA ABORTO

A campanha eleitoral de 2010 terminou com a vitória de Dilma Rousseff e o compromisso de que não seriam tomadas quaisquer iniciativas para mudar a legislação sobre a

legalização do aborto. Esta promessa da primeira mulher brasileira a ocupar o cargo de presidenta foi assegurada, especialmente, pela bancada dos evangélicos, que partiram para ocupar comissões e realizar atos simbólicos demonstrando força e unidade para barrar projetos polêmicos. Essas reivindicações foram expressas de forma mais contundente em 2013, em função da eleição do polêmico deputado federal (e pastor) Marcos Feliciano (PSC)⁹ para a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, cuja agenda incluía o debate sobre o *Estatuto do Nascituro*.

Com a organização no Senado e a ampliação da presença na TV aberta e nas mídias sociais, os grupos religiosos passaram a atuar em bloco contra qualquer iniciativa de flexibilização das legislações referentes a direitos reprodutivos e de gênero. A defesa feita pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) para a liberação do aborto até a 12ª semana de gestação em março de 2013, por exemplo, provocou uma imediata reação entre os parlamentares religiosos.

O governo, por seu turno, ratificou a promessa da presidenta Dilma Rousseff e negou qualquer iniciativa de rever a lei do aborto em vigor. O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, fez o seguinte esclarecimento:

“O governo federal, desde o começo, disse que não tomaria nenhuma medida no sentido de mudar a lei atual do aborto no Brasil. O governo federal não vai tomar nenhuma atitude no sentido de mudar a atual legislação do aborto”. Questionado sobre sua posição pessoal, respondeu: “Sou ministro da Saúde, sou governo” (Agência Brasil, 2013).

Em 05 de junho de 2013, o projeto *Estatuto do Nascituro* foi aprovado na Comissão de Finanças da Câmara. Esse projeto, um auxílio financeiro para mães violentadas que levem a gestação adiante, foi apelidado de “bolsa estupro” e causou revolta nas mídias sociais. Pelo *Facebook* (Figura 2) cerca de 10 mil pessoas confirmaram a presença em um protesto no dia 15/6/13, na Praça da Sé, em São Paulo. Pela mesma rede social, cidadãos e organizações feministas também organizaram saídas às ruas em várias outras capitais.

Figura 2: Página *Facebook* convocando para Ato contra o *Estatuto do Nascituro*



Entretanto, a participação presente nas mídias sociais não se reproduziu no ato contra o Estatuto do Nascituro em São Paulo. Cerca de 10 mil participantes confirmaram presença, mas o ato reuniu, segundo a Polícia Militar, 200 pessoas (Figura 3). Já os organizadores do protesto contabilizaram três mil participantes, de acordo com as informações do portal de Notícia Yahoo¹⁰. Nas outras capitais, também não houve número expressivo de participantes.

Figura 3: Protesto de 15/6/13 na Catedral da Sé, Praça da Sé



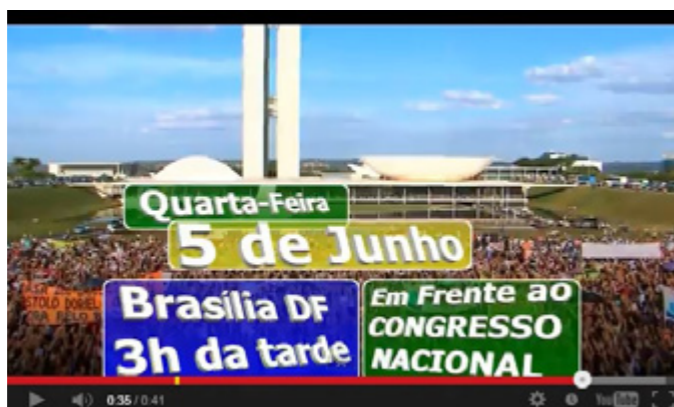
O posicionamento explícito contra o aborto ficou restrito à imagem, ao texto das redes sociais. De acordo com Castells (2013), os novos movimentos de indignação organizados pela internet, normalmente se abastecem de imagens com o poder de indignar, vencer o medo e reunir, com velocidade, ao redor de uma causa específica ou de várias bandeiras. De forma espontânea, sem hierarquias e lideranças específicas, os manifestantes se encontram, viabilizados pelas convocações feitas a partir da internet. Mas nem sempre

a segunda etapa desse processo de comunicação na esfera pública chega à consolidação no espaço urbano.

Os coletivos religiosos, por sua vez, demonstraram força e sincronia, surpreendendo inclusive os meios de comunicação na cobertura dos protestos. De forma organizada, com líderes bem identificados, assim como objetivos e metas, os movimentos sociais de base religiosa se valem da internet e da combinação de espaços midiáticos (TVs, Rádios e interação em templos e igrejas), demonstram coesão. E reivindicam direito de expressar seus pontos de vista e de serem respeitados pela opção religiosa.

O pastor Silas Malafaia organizou, com outros líderes evangélicos, uma grande manifestação em defesa “*da família tradicional, da vida, da liberdade de expressão e religiosa*”. O evento ocorreu no dia 5 de junho de 2013, em Brasília, com parada estratégica em frente ao Congresso Nacional, quando o Estatuto do Nascituro era votado na Comissão. O protesto teve a intenção também de marcar posição contra o casamento gay, o aborto e o Projeto de Lei 122, que criminaliza a homofobia. Para garantir presença maciça na atividade, os evangélicos utilizaram seus canais de TV e convocaram fiéis pelas redes sociais. Na semana anterior ao evento um anúncio de 30s. rodou nos canais cristãos e no *Youtube* (Figura 4).

Figura 4: Vídeo de convocação do Pastor Malafaia



O vídeo teve mais de cinco mil curtidas no *Youtube*, além de 832 compartilhamentos apenas pelo site Verdade Gospel¹¹. A mobilização funcionou. A manifestação reuniu, segundo a Polícia Militar, 40 mil pessoas. O evento contou com diversas correntes cristãs, inclusive com presença e apoio de católicos. Visite: Gospel +, Noticias Gospel, Videos Gospel, Musica Gospel

As informações apresentadas indicam as estratégias de visibilidade, dos grupos contrários à descriminalização do aborto e, por outro lado, o silenciamento das diferenças instâncias do Executivo e do Legislativo brasileiro, responsáveis pela instauração de um debate público, assim como a quase invisibilidade e silenciamento dos grupos a favor da descriminalização. Essas conclusões estão vinculadas ao período eleitoral de 2014, mas podem servir como projeção para a atual legislatura, conforme exposição de dados, a seguir.

EM 2014, A ELEIÇÃO DA 55ª LEGISLATURA (2015-2018)

Pode-se afirmar que a configuração do debate público sobre o aborto em torno de visibilidades e silenciamentos será mantida na atual legislatura. Da mesma maneira, pode-se inferir que este tema complexo e desagregador quanto às posições, não deverá integrar a pauta do governo.

A capacidade de articulação midiática e política dos coletivos religiosos pode ser compreendida como um dos vetores que altera a dinâmica de forças na composição das bancadas da Câmara Federal e do Senado. Ainda que a ideia de um voto evangélico seja problemática, sobretudo pela pluralidade e disparidade de correntes evangélicas e pelo fato da filiação religiosa se tratar apenas de uma das dimensões que compõe o perfil do eleitor (CERVEIRA, BOBSIN, 2014; SCHULTZ, 2005), a unidade em torno de alguns temas morais parece fortalecer segmentos e privilegiar uma visão conservadora no Congresso.

Em 2014, parlamentares de segmentos mais identificados com posições conservadoras -como ruralistas, militares e religiosos- mostraram força nas eleições, como comprovam as votações dos eleitos. O Pastor Marco Feliciano, centro de uma polêmica nacional por ter assumido a presidência da Comissão de Direitos Humanos e se posicionado contra os homossexuais, obteve o dobro de votos em relação a 2010. Isso pode indicar que a atual legislatura oferecerá mais espaço para plataformas mais conservadoras, especialmente envolvendo temas polêmicos como a descriminalização do aborto e criminalização da homofobia. Com uma bancada evangélica¹² mais fortalecida, a tendência é de haver menos espaço para os parlamentares comprometidos com a defesa de causas sociais, de gênero, dos grupos LGBTs e ambientais. Nessa 55ª legislatura, desde o início do mandato em fevereiro de 2015, foram criadas novas cinco Frentes parlamentares¹³ para defesa de temas referentes à Família, Juventude, religião e combate às drogas¹⁴. Todas essas frentes reúnem signatários de mais de 20 siglas distintas. Mesmo partidos

posicionados mais à esquerda e identificados com pautas progressistas como PT, PSOL e PC do B contam com parlamentares incluídos nesses grupos.

Apesar das evidências de um fortalecimento da presença dos evangélicos no congresso e na disputa presidencial como elemento novo no xadrez eleitoral, a observação das votações no Congresso nacional poderá responder até que ponto existe influência desses coletivos religiosos na definição da agenda do congresso e da aprovação ou não de temas mais progressistas. Junto a essas votações, sob a lente da comunicação, convém caracterizar o alcance desse segmento na cena pública a partir de sua capacidade de mobilização e ativismo midiático. Alguns acontecimentos conduzidos logo no início do mandato pelo atual presidente da Câmara, Eduardo Cunha, deputado federal do RJ em terceiro mandato pelo PMDB, dão pistas de uma guinada conservadora no parlamento brasileiro. Evangélico, fiel da igreja neopentecostal Sara Nossa Terra e seguidor do bispo Robson Rodovalho, Cunha desarquivou projetos de sua autoria que contemplam temas como *cura gay* e dia do orgulho *hétero*. Além da mudança na agenda, Cunha produziu atos simbólicos, como a realização de um culto evangélico nas dependências da Câmara, no dia 11 de fevereiro de 2015. Em sua página na internet¹⁵, o parlamentar divulga o culto realizado no Auditório Freitas Nobre, no anexo IV da Câmara dos Deputados, alertando que não abrirá mão de seus princípios cristãos pelo fato de estar na presidência da Câmara.

Figura 5 Foto de divulgação do Deputado



O governo federal, por seu turno, manteve o silêncio em torno de questões com potencial de mobilização dos setores mais conservadores, como a pauta do aborto. Numa busca na página da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República¹⁶ (SPM/PR) na internet, a última referência de alguma notícia ou ação com o tema é de

2009. No final de 2014, a SPM publicou o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher - RASEAM 2014- com indicadores sociais sobre a situação das mulheres brasileiras. Assim a publicação é descrita:

Os indicadores disponibilizados nesta publicação são oriundos de diversas bases de dados, o que possibilita um olhar transversal e multidimensional sobre a realidade socioeconômica das mulheres brasileiras. O documento contribui ainda para o aprofundamento da reflexão sobre as desigualdades de gênero presentes em nossa sociedade. (RASEAM 2014)

Contudo, os dados que, segundo o relatório, oferecem “subsídios para a formulação e a implementação de políticas públicas e indicam questões e temas merecedores de análises e estudos mais aprofundados” não registram o tema do aborto. Um dos capítulos, Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, sistematiza dados com várias análises referentes a questões de saúde pública, com ênfase em mortalidade materna. Mas nenhuma menção ou referência é feita aos casos de morte de mulheres decorrentes de aborto inseguro. Não há qualquer ação, ainda que discursiva, sobre um dos temas mais relacionados à saúde e direitos sexuais.

Com o ativismo de cunho religioso ativado e o silenciamento do governo, dificilmente será possível avançar nesse debate.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cruzamento de informações e números revelam o crescimento da população de filiação evangélica e igual aumento da representação desse segmento nas diferentes instâncias políticas.

Esses dados associados ao investimento das igrejas em propaganda, na comunicação com seus seguidores e à ausência de empreendimentos dos poderes executivo e legislativo, na condução de decisões sobre o aborto, apontam na direção da neutralização de um debate público. Este debate público é necessário à circulação de opiniões e argumentos das entidades (pouco visíveis), mas que congregam especialistas e lutam pela descriminalização do aborto há décadas.

O enfrentamento desta questão é também um caso de saúde pública, mas tem sido delimitado pelos grupos religiosos que parecem deixar o Estado acuado devido a acordos eleitorais. A organização de grupos religiosos, vinculados a partidos e/ou instituições, com repercussão em frações significativas do eleitorado, utilizando a internet para

monitorar e distribuir informações, conquistando espaços significativos nas esferas de decisão política, é um importante fenômeno a ser compreendido, dentre as demandas para observar as complexidades que permeiam na atualidade os sistemas democráticos amparados, em grande parte, nos processos comunicacionais e midiáticos.

A comunicação estratégica dos evangélicos e suas mídias, assim como a busca de visibilidade para suas ações no parlamento brasileiro, apontam para a necessidade de novos estudos relacionados à expansão do poder do discurso religioso que se sobrepõe ao discurso político.

REFERÊNCIAS

BARRERAS, Sandra E. B. **O agendamento do aborto na campanha presidencial brasileira de 2010: reverberação e silenciamento estratégicos entre imprensa, mídias sociais e candidatos.** Porto Alegre: UFRGS/PPGCOM, 2013. (tese de doutorado em Comunicação e Informação), 2013.

Beyerlein, Kraig; Ward, Matthew. **The Importance of Anger for Explaining Participation in Various Types of Activism.** Disponível em: http://citation.allacademic.com/meta/p_mla_apa_research_citation/1/8/4/1/4/pages184142/p184142-13.php

BIROLI, Flávia. **Autonomia e justiça no debate sobre aborto: implicações teóricas e políticas.** Brasília: Revista Brasileira de Ciência Política, v. 1, 2014 (p. 37-68)

Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 7, 2012. Dossiê Aborto.

BOBSIN, Oneide. **Contemporaneidade e religiões.** Porto Alegre: Sinpro/RS/ Revista Textual. V.2; nº 19; mai/2014, 2014. (pgs 4-10)

CERVEIRA, Sandro A. **A invenção do voto evangélico- online-.** Disponível em <http://congresso-emfoco.uol.com.br/opiniaio/forum/a-invencao-do-%E2%80%99voto-evangelico%E2%80%99/>

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres.** Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GANZ, Marshall. **Resources and Resourcefulness: strategic capacity in the Unionization of California Agriculture, 1959-1966.** In: American Journal of Sociology. Vol. 105, issue 4, 2000. (pgs. 1003-1062)

GRABE, E; BUCY, P. **Image bite politics - news and the visual framing of elections.** New York: Oxford University Press, 2009.

HELLER, Ágnes; FEHÉR, Ferenc. **Biopolítica: la modernidad y la liberación del cuerpo .** Barcelona (ES):Peninsula, 1995.

KUNTZ, Ronald A. **Marketing político: manual de campanha eleitoral.** São Paulo: Global, 2006.

MACHADO, Maria das D. Campos. **Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010.** In: Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília: edição n. 7, 2012 (p. 25-54).

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil** (São Paulo: Edições Loyola, 2005).

REES, Laurence. **Vende-se Política.** Rio de Janeiro: Revan, 1995.

RIVIÉRE, Margarita. **La década de la decência.** Barcelona (ES): Anagrama, 1995.

ROMERO, Elaine (org). **Corpo, mulher e sociedade.** Campinas (SP): Papirus, 1995.

SHEPARD, Bonnie. **El “doble discurso” sobre los derechos sexuales y reproductivos en América Latina: el abismo entre las políticas públicas y los actos privados.** 2000. Disponível em www.catolicas.org. Acessado em 14.05.2012.

SCHULTZ, Adilson. **Deus está presente- o diabo está no meio: o protestantismo e as estruturas teológicas do imaginário religioso brasileiro.** São Leopoldo: EST, 2005.

SOUZA, B. Muniz de; MARTINO, Luis M. Sá (Org.). **Sociologia da religião e mudança social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil.** São Paulo: Paulus, 2008.

VAGGIONE, Juan M. **El aborto: las nuevas fronteras- Red Latinoamericana de católicas por el derecho a decidir (2006).** Disponível em http://www.catolicas.com.ar/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=161&Itemid=82(acessado em 19/08/2012).

WEBER, Maria H. **O estatuto da Imagem Pública na disputa política.** Rio de Janeiro: Revista Eco (UFRJ), v. 12,2009 (p. 79-94)

NOTAS

1. Artigo atualizado e reformulado, a partir do texto original apresentado no XXIII COMPÓS, no GT Comunicação e Política, em 2014 (Belém), sob o título *A neutralização do debate sobre o aborto (o ativismo político-religioso e o silenciamento do governo)*.
2. A opção pró-escolha defende o Corpo da mulher e escolhe a liberdade como valor (...) O grupo pró-vida, por seu turno, toma partido do corpo do feto e seu valor é a vida (no sentido da sobrevivência do feto) - Tradução do autor
3. A terceira versão do **Programa Nacional de Direitos Humanos** lançada em 2010, apresenta a Política de Estado para os temas relativos a esta área, estabelecendo diretrizes, objetivos e ações para os anos seguintes. O programa é estruturado em eixos orientadores como Desenvolvimento e Direitos Humanos, Educação e Cultura

em Direitos Humanos e aborda questões como a descriminalização do aborto.

4. O **Estatuto do Nascituro**, aprovado na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara é um substitutivo ao Projeto de Lei (PL) 478/2007 que prevê, entre outros pontos, o direito ao pagamento de pensão alimentícia, equivalente a um salário mínimo, às crianças concebidas de violência sexual. A principal mudança é que o estatuto estabelece que o nascituro é o ser humano concebido, mas ainda não nascido, que adquire personalidade jurídica ao nascer com vida, mas sua natureza humana será reconhecida desde a concepção.
5. <http://exame.abril.com.br/negocios/aquisicoes-fusoes/noticias/valdemiro-santiago-da-igreja-mundial-compra-rede-cnt>
6. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1221000-igrejas-arrecadam-r-20-bilhoes-no-brasil-em-um-ano.shtml>
7. O avanço em operações com custo elevado como é o caso de emissoras de TV próprias ou locadas é financiado pelo igual crescimento da arrecadação nos templos e igrejas do país. De acordo com levantamento feito pelo jornal Folha de São Paulo (FSP) em 2013, dados obtidos junto à Receita Federal por meio da Lei de Acesso à Informação demonstram que apenas em 2011, igrejas católicas, evangélicas e demais arrecadaram R\$ 20,6 bilhões, “valor superior ao orçamento de 15 dos 24 ministérios da Esplanada ou 90% do disponível neste ano para o Bolsa Família” (FSP, 27.01.2013). Dessa arrecadação, a maior parte (R\$ 39,1 milhões) foi entregue diariamente às igrejas, totalizando R\$ 14,2 bilhões no ano.
8. <http://www.antenaonline.net/canais-de-tv/assistir-online/listar-categoria-religiosa.htm>
9. O deputado federal foi alvo privilegiado de manifestações públicas e centro do debate acolhido por diferentes mídias, especialistas, políticos e movimentos sociais devido ao seu posicionamento explícito considerado homofóbico e preconceituoso. Mesmo diante disso, Marcos Feliciano foi mantido no cargo.
10. <http://br.noticias.yahoo.com/estatuto-do-nascituro-%C3%A9-alvo-de-protestos-ao-redor-do-pa%C3%ADs-213752346.html>
11. www.verdadegospel.com
12. Levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar aponta que a bancada evangélica teria eleito 75 deputados em 2014, um aumento em relação aos 70 integrantes da 54ª Legislatura . A Frente Parlamentar Evangélica que atuou no Congresso na Legislatura 2011/2015 contou com 68 integrantes, segundo sua página: <http://www.fpebrasil.com.br/portal/index.php/os-deputados> (acessada em 30/1/2015).
13. Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família: 236 parlamentares; Frente Parlamentar Mista da Família e Apoio à Vida: 198 deputados e 06 senadores; Frente Parlamentar Mista em Defesa da Juventude e Combate às Drogas: 200 parlamentares; Frente Parlamentar Mista Para a Liberdade Religiosa do Congresso: 209 deputados e 12 senadores (DEM,PPS,PSD,PR,PSDC,PRB,PDT,PEN,PT,PSDB,PTB,PSB,PMDB,SD,PROS,PTC,PCdoB,PSOL,PTN,PPSC,PMN,PDT,PP,PV); Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana: 209 deputados e cinco senadores (23 siglas: PTB, PROS,PT,PP,DEM,PMDB,PSDB, PT,PTB,PSD,PSB,SD,PPS,PSOL,PCdoB,PTN,PHS,PRB,PSC,PV,PR,PDT,PSDB).
14. Fonte: <http://www.camara.gov.br/internet/deputado/frentes.asp>- acessada em 13/04/2015.
15. http://www.eduardocunhapresidente.com.br/portfolio/culto_bancada_evangelica/
16. <http://www.spm.gov.br/@@busca?SearchableText=aborto> Acessada em 15/04/2015.

Artigo recebido: 29 de junho de 2015

Artigo aceito: 11 de agosto de 2015